

DUAS GERAÇÕES DE DAMAS NA INDEPENDÊNCIA BRASILEIRA

Renata Bastos da Silva

Universidade de São Paulo
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Lia Faria

Diretora da Faculdade de Educação
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

1. Apresentação do tema de investigação¹

A Independência brasileira se apresenta, para Caio Prado Júnior, como "*apenas a resultante de um consenso ocasional de forças que estão longe, todas elas de tenderem cada qual só por si para aquele fim*"². Como tal, seu arco cronológico se estende a todo o século XVIII, para captar desde o início o processo de formação do Brasil contemporâneo.

Também para Caio Prado Júnior, só a partir da compreensão do *sentido da colonização*, a Independência, assim entendida, adquire efetiva concretude, porque é só a partir de então que a sociedade e a cultura brasileira sinalizam forças que "*concorrem sem exceção, e tem cada qual seu papel, nenhuma pode ser desprezada*"³, pois se tornaram assim um impulso histórico efetivo e operativo. E é justamente a natureza e o comportamento destas tendências no momento decisivo da Independência, que deve constituir o objeto das reflexões históricas, conforme aponta nosso autor ao dizer que "*são elas e não o seu desenlace que nos deve inicialmente ocupar*".

Deste ponto de vista, Maria Odila Leite da Silva Dias fez um juízo muito claro: "*as diretrizes fundamentais da atual historiografia da emancipação política do Brasil foram lançadas na obra de Caio Prado Júnior, Formação do Brasil Contemporâneo (1942), em que o autor estuda a finalidade mercantil da colonização portuguesa, a sua organização meramente produtora e fiscal, os fatores geográficos de dispersão e fragmentação do poder e a conseqüente falta de nexos moral que caracteriza o tipo de sociedade existente no final do século XVIII e início do XIX*"⁴.

¹ Aproveitamos para agradecer ao Conselho Latino americano de Ciências Sociais (CLACSO) pelo apoio que recebemos para nossa participação no *Simpósio Internacional Las Mujeres em la Independência de América Latina*.

² Prado Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 14. Ed. São Paulo: Brasiliense. 1995 [1942].

³ *Ibidem*.

⁴ Dias, Maria Odila Leite da Silva. *A Interiorização da Metrópole e Outros Estudos*. São Paulo: Ed. Alameda. 2005.

Assim sendo, o objetivo nesse ensaio é desvelar o possível esforço realizado pelas mulheres na Independência, acentuando suas figuras e originalidades, tendo o *case* da Família Prado como móvel.

Ao apresentar as singulares participações de Ana Vicência Rodrigues de Almeida e Maria Cândida de Moura, respectivamente, sogra e nora de uma das famílias mais importantes da história colonial brasileira, na vida pública na hora da Independência, implica em demonstrar a altivez dessas mulheres num cenário hostil à atividade política da cidadania feminina. Não obstante, o presente ensaio também pretende contribuir com os estudos acerca das relações de gênero. Portanto, se constituindo em uma pesquisa ainda germinal.

Palavras chave: Independência, mulheres, participação política, família Prado.

2. 1822: Independência brasileira

No já clássico *1822 - Dimensões*, organizado por Carlos Guilherme Mota, encontram-se ensaios ricos que fazem parte da nossa historiografia sobre o processo de Independência do Brasil. Entre eles destacamos os trabalhos de Fernando Novaes, Emília Viotti, Maria Odila Leite da Silva Dias, Ilmar Rohloff de Mattos, entre outros⁵. Desses utilizaremos para contextualizar o processo, o capítulo da Prof.^a Maria Odila Leite da Silva Dias, intitulado *A interiorização da metrópole*⁶.

Inicialmente Maria Odila ressalta que a “Independência” política do Brasil se configura como um processo, salientando que tal fenômeno não coincidiu com o movimento de formação da unidade nacional. Por outro lado, a autora adverte que a “Independência” brasileira, também não foi fruto de uma animação nacionalista e/ou revolucionária⁷. Nessa perspectiva, para entendermos tais questões, ela nos aponta o clássico de Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942).

Quando nosso historiador analisa a organização social, entre outros momentos, distingue a disputa que ocorre entre “brasileiros” e “portugueses”, que se estenderia para além do processo de independência. Conforme afirma o autor:

A distinção entre nativos do Reino e da colônia, a princípio amorfa apenas sentida, é mais uma simples questão secundária, de “fato” e não de “direito”, se tornará com o tempo um assunto palpitante e essencial. Já começa no momento que ora nos ocupa a se exprimir em termos próprios: *brasileiros*, em oposição a *portugueses*, quando “portugueses” tinham sido até então todos, nascidos aqui ou acolá, e “brasileiros” os residentes na colônia ou que aqui tivessem feito fortuna, fossem embora de origem metropolitana. A luta de proprietários e comerciantes, reforçada assim com fundamento na naturalidade dos oponentes, se manifesta na colônia, como se sabe, de longa data; e sai mesmo para o terreno da violência em agitações que se tornaram notáveis, a revolta de Beckmann, no Maranhão, e a guerra dos Mascates em Pernambuco.

⁵ Mota, Carlos Guilherme organizador. *1822 – Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

⁶ Esse ensaio foi republicado em Dias, Maria Odila Leite da Silva, op. cit. E será essa versão que citaremos ao longo do texto.

⁷ *Ibidem*. pp. 8-9. A autora coloca a palavra Independência entre aspas em todo o texto.

Com o tempo ela se aprofundará, e se alastra com a participação de outros grupos. A monopolização das posições comerciais praticada em benefício dos reinóis, vai atingir outras classes da população nativa da colônia, fechando-lhes as portas para possíveis colocações, já de si tão escassas. A luta acabará envolvendo todo mundo, levantando contra os “mascates”, “pés-de-chumbo” ou “marinheiros”, (é como pejorativamente se designam os portugueses) a oposição geral dos colonos nativos no Brasil. Será nas agitações da Independência e no período que a segue, prolongando-se aliás por muito tempo, que tal situação se definirá claramente, degenerando não raro em lutas armadas de grande intensidade⁸.

Neste sentido, observamos que os conflitos sociais, associados às questões políticas, tornam-se um *fermento* essencial para a emancipação de nosso país. A autora ao prosseguir em seu argumento, evoca mais alguns autores, nessa primeira entrada de seu ensaio. Desses, além de Sérgio Buarque de Holanda, distinguimos Emília Viotti da Costa. Esta autora em seus estudos a respeito da emancipação política do Brasil, de acordo com Maria Odila, segue algumas das diretrizes indicadas por Caio Prado Júnior.

Emília Viotti reflete acerca das contradições da política liberal de D. João, em especial quando a corte portuguesa se instala no Brasil, em 1808. Uma das ações da política de cunho liberal foi a abertura dos portos, como observou Emília Viotti, com a entrada dos produtos ingleses no Brasil. No entanto, em decorrência deste fato, D. João sofre a pressão dos comerciantes portugueses, que para salvaguardarem seus interesses, forçam o monarca a tomar medidas protecionistas e mercantilistas⁹.

Por outro lado, os conflitos de interesses entre as camadas agrárias nativistas e de vocação liberal e, as dos comerciantes portugueses ligados à política protecionista, acabaram gestando um dos rompimentos com o estatuto colonial.

Ao mesmo tempo, ocorre o impacto das mudanças nas atividades produtivas na Inglaterra, onde o capital industrial começa a ocupar preponderantemente essas atividades. Tais transformações atingem o mundo ocidental. Segundo Maria Odila:

A luta entre os interesses mercantilistas e o liberalismo econômico se processaria de forma intensiva na Inglaterra de 1815 a 1846, afetando drasticamente a política de todos os países coloniais diretamente relacionados com a expansão do Império britânico do comércio livre¹⁰.

De acordo com a mesma autora, cabe destacar o impacto daquelas transformações nas camadas dominantes da colônia e as estruturas internas intrínsecas ao processo de constituição da nacionalidade brasileira. Sobre o assunto, afirma que:

⁸ Prado Júnior, Caio, pp. cit., pp. 206 – 207. [itálico e aspas no corpo do texto são do autor]

⁹ Dias, Maria Odila Leite da Silva, p. cit. p. 8.

¹⁰ Ibidem, p. 10.

Ao perder o papel de intermediários do comércio do Brasil, restava aos comerciantes portugueses unir-se às grandes famílias rurais e aos interesses da produção. Estes nem sempre estavam separados das atividades de comércio e transporte, como se constata no caso do Barão de Iguape em São Paulo.¹¹

Assim sendo, o processo de independência brasileiro obtém uma característica peculiar, conforme Luiz Werneck Vianna, ao descrever sobre as elites da América Latina:

Na visão destas elites, embora o Ocidente se constituía como um valor a ser perseguido, sua conquista não surge como imposta por meio de um abandono da tradição. Desde a Independência, com a criação dos Estados nacionais, se tinha descoberto a possibilidade de compatibilização das instituições jurídico-políticas do liberalismo com o sistema patrimonial de dominação e com a cultura política de matriz ibérica. As elites que rompem com o estatuto colonial e tomam a iniciativa política e econômica de constituir novas relações com os países de capitalismo central são, assim, ciosas da sua tradição cultural e da sua capacidade de conduzir o Estado e o sistema produtivo nacional. O patriciado oligárquico resume em si – e o caso de Antonio Prado consiste num exemplo forte – apego à tradição e à modernidade, bem no sentido do Império brasileiro que se define como de vocação ocidental, e busca realizá-la através da instrumentalização de instituições, como a escravidão, que vinham da colônia¹².

Dentro dessa perspectiva, ainda citando Maria Odila, o processo da transição do Brasil Colonial para o Império não adquiriu contornos de uma questão nacional. Nem tão pouco, as elites se descolaram de sua aproximação com D. Pedro I para realizar a obra da Independência. Nosso processo de emancipação é *sui generis*, pois, segue a máxima de Giuseppe Tomasi Di Lampedusa, "Se queremos que tudo fique como está, é preciso que tudo mude", ou seja, ocorre uma *revolução passiva* na interpretação de Gramsci¹³. É um processo marcado por rupturas e permanências.

É numa conjuntura similar que nossas Damas vivem Ana Vicência Rodrigues de Almeida e Maria Cândida de Moura, respectivamente, sogra e nora. Sabemos que a mulher não é unívoca, porque cada mulher é uma mulher com suas diferenças. E é no cotidiano que se revela o papel dessas mulheres, que viveram o contexto da Independência numa das famílias mais influentes da época. Ou seja, elas estavam inseridas na vida pública de nosso país.

Como mãe, Ana Vicência acompanhou e interferiu na formação de seu filho Antonio da Silva Prado, o Barão de Iguape. E Maria Cândida, a Baronesa de Iguape, como companheira de Antonio. Temos a revelação dos papéis informais de resistência das mulheres, no cenário da vida pública. Pois, nossa hipótese é que

¹¹ Ibidem, p. 9.

¹² Werneck Vianna, Luiz. "Vantagens do moderno, vantagens do atraso". Presença Revista de Política e Cultura. Nº 12 – Julho 1988, pp. 150.

¹³ Cf, Gramsci, Antonio. *Cadernos de cárcere, volume 5*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

elas além de acompanharem Antonio, interferem em alguns momentos nas decisões da condução da família nos cenários decisivos da vida pública do país.

3. As duas Damas:

Para abriremos caminhos para a construção de uma agenda de investigação, a respeito do papel da mulher na pesquisa historiográfica feminina, buscamos refletir a partir das ideias da pesquisadora Maria Odila:

Não há por que considerar a oposição masculino-feminina tal como se apresenta hoje, com uma carga de definições culturais herdadas do passado, como se fosse necessária ou inata. O estudo das relações de gênero caminha no sentido de documentar as diferenças culturais, de nuançá-las, de modo que um dia, eventualmente transformadas, possam se aproximar; neste momento em vez de destacar-se em confrontos de nitidez cultural desnecessária estarão provavelmente nuançadas em uma multiplicidade de diferenças que não somos capazes de ver hoje. Ser mulher denotará antes o ser gente do que um ser de características biologicamente significativas, porém hoje em dia culturalmente superadas. Trabalhar no sentido de vencer estas polaridades tanto das relações de gênero como de categorias de pensamento implica lidar com os problemas teóricos de mudança, ruptura e descontinuidade históricas¹⁴.

Portanto, a partir das reflexões apontadas acima, podemos apontar pistas de análise da participação das mulheres na atividade política, em especial no processo de Independência. Por conseguinte, os estudos das relações de gênero devem revelar as relações sociais envolvidas. Neste sentido, analisamos as relações sociais na quais nossas damas estavam envolvidas, para salientar o papel das mesmas no processo de Independência do Brasil.

Antônio da Silva Prado, o Barão de Iguape e pai de Veridiana Prado¹⁵, foi o primeiro membro da família a unir os três elementos que garantiram a ascensão dos Prados: o comércio, a agricultura e a política¹⁶. Antônio (1750-1793), pai do Barão de Iguape, tornou-se um importante comerciante em São Paulo. Negociava desde mulas e produtos agrícolas até vultosos empréstimos para figuras proeminentes da sociedade paulistana. No entanto, seguindo a tradição de sua família, também se envolveu na vida pública através da política. Foi eleito para a Câmara Municipal de São Paulo, em 1787, fazendo parte de uma estratégia que consistia em exercer o poder para conquistar prestígio e influência social¹⁷.

Por outro lado, ele se casou com uma mulher singular, Ana Vicência Rodrigues de Almeida; filha de um rico tenente português, Manoel Rodrigues Jordão, que fizera uma grande fortuna na mineração e no comércio no interior de Goiás e Mato

¹⁴ Dias, Maria Odila Leite da Silva. Novas subjetividades na Pesquisa Histórica Feminista: uma hermenêutica das diferenças. In: *Estudos Feministas*. Ano 2. 2º Semestre de 1994. 373-382.

¹⁵ Veridiana da Silva Prado (São Paulo, 11 de fevereiro de 1825 – São Paulo, 11 de junho de 1910), nascida na tradicional família paulista dos Silva Prado, foi um ícone em sua época por quebrar tabus se inserido na vida política e cultural de São Paulo.

¹⁶ D'Ávila, Luiz Felipe. *Dona Veridiana*. São Paulo: A Girafa Editora, 2004. p. 37. Esse livro é nosso referencial contemporâneo para a elaboração deste ensaio.

¹⁷ *Ibidem*, p. 39.

Grosso. Indivíduo de espírito arrojado, o tenente português, portanto, rejeitou adotar um padrão de educação feminina tradicional, no qual as jovens eram mantidas trancadas nos Sobrados das cidades e/ou na Casa Grande das fazendas, costurando, guarnecendo e produzindo rendas e tapeçarias até o momento que o pai escolhe o futuro marido, de preferência um homem de suas relações sociais e políticas. Não raro na historiografia brasileira encontramos o relato de viajantes estrangeiros. Um desses em visita a São Paulo, no princípio do século XIX, fez um singelo comentário crítico "*não viu uma mulher paulista sequer, pois as mulheres de então não podiam aparecer para as visitas da casa*".¹⁸

Não obstante, responsável pela educação de Ana Vicência, o tenente Jordão não fez diferença entre seus filhos e filhas e os ensinou a administrar os negócios da família¹⁹.

De acordo com a pesquisa de D'Ávila, Ana Vicência conseqüentemente revelou sua habilidade para os negócios, principalmente para os assuntos relativos à administração e contabilidade. Casou-se com Antônio Prado aos 16 anos. Segundo D'Ávila, Ana Vicência tinha um espírito avançado, era talentosa e encontrou no marido o dinamismo, o vigor e a determinação de crescer e prosperar numa atividade que ela conhecia bem - o comércio²⁰. Escreveu D'Ávila:

No entanto, com a morte prematura de Antônio, em 1793, Ana Vicência teve de lutar muito para não deixar a fortuna de seu marido evaporar. O primeiro desafio que enfrentou foi na esfera legal. Para garantir a guarda de seus três filhos - Francisco, Antônio e Ana Blatina -, Ana Vicência foi obrigada a apelar para a rainha de Portugal, Maria I, a única pessoa com poderes de interceder a seu favor junto ao rei. A rainha atendeu ao seu pedido e garantiu-lhe a guarda das crianças. Com a unidade familiar assegurada, Ana Vicência ainda enfrentou outro grande desafio: assumir os negócios de seu marido, que envolviam sócios e credores espalhados do Rio Grande do Sul ao Pará²¹.

No entanto, Ana Vicência encontrou inúmeras dificuldades para "recolher as somas então devidas à família". Nesta perspectiva, incentivou seu filho Antônio - que se tornaria o Barão de Iguape - (o terceiro Antônio da família Prado) a seguir os caminhos na política e nos negócios traçados por seus antecessores. Este então, se engajou nos negócios da família realizados no interior da metrópole. D'Ávila relatou que "*Antônio Prado foi um dos inúmeros jovens que resolveu trocar o conforto do lar paulistano pela aventura no sertão. Com apenas 19 anos, ele deixou São Paulo e partiu para o interior da Bahia, Goiás e Mato Grosso*"²². O desapontamento com o desenvolvimento das forças produtivas na província de São Paulo, o receio de ser convocado para o serviço militar, aliado ao estímulo de sua mãe Ana Vicência, o levou a essa incursão pelo interior do país.

¹⁸ Pinho, Wanderley. *Salões e Damas do Segundo Reinado*. São Paulo: Martins, 1942, p. 71.

¹⁹ D'Ávila, Luiz Felipe, op. cit. p. 40.

²⁰ Ibidem, p. 41.

²¹ Ibidem, p. 41.

²² Ibidem, p. 96.

Ana Vicência havia se deparado com diversas dificuldades para reclamar os créditos devidos ao seu marido, resultante de seu comércio, após a morte do mesmo²³. Com afirma D'Ávila:

Como não havia legislação que regesse os acordos comerciais, as divergências tinham de ser resolvidas no âmbito privado. A inexistência de um sistema legal capaz de analisar, julgar e fazer cumprir os contratos firmados entre particulares estimulava o calote. Não havia lei, tribunal ou governo que obrigasse o indivíduo a honrar seus compromissos e quitar suas dívidas. Nesse universo sem lei e sem justiça, o calote tornou-se uma prática corriqueira no Brasil. O jovem Antônio Prado partiu para o sertão em busca de caloteiros que deviam dinheiro a sua família, e também de bons negócios. Foi um desses paulistas desbravadores de novos mercados²⁴.

Por conseguinte, o jovem Antônio, com anuência de Ana Vicência, entrou no comércio de gado no interior de Goiás e da Bahia, dando prosseguimento ao caminho traçado por seu pai e avô, que tinham sido destacados tropeiros. Deste modo, Antônio começou a adquirir mulas no sul do país e a revendê-las no Nordeste, *"além do comércio de tropas de bois e mulas ser uma atividade muito lucrativa, essas viagens permitiram-lhe resgatar o contato com os antigos devedores da família Prado"*²⁵.

O triunfo de Antônio em recuperar as somas devidas à família, segundo D'Ávila, como também a pequena riqueza a qual alcançou na qualidade de negociante, ao longo dos dez anos que passou no interior da Bahia, foi essencial no sentido de afirmar seu êxito no regresso a São Paulo em 1817. Ana Vicência tomou-se de orgulho da assertiva de tê-lo estimulado a se engajar no mundo dos negócios e de ter-lhe instruído acerca dos princípios fundamentais de finanças e contabilidade, *"elementos imprescindíveis para seu sucesso profissional"*²⁶.

Não obstante, Ana Vicência permaneceu responsável pela unidade da família Prado:

Em 1800, sete anos após a morte do marido, ela resolveu casar-se com um de seus cunhados, Eleutério Prado (176?-1849). A decisão comprovou a "elevada determinação e autoconsciência dos Prados, no sentido de evitar a divisão da fortuna da família durante uma fase crucial da formação do capital"²⁷. O momento era de somar e não de dividir os espólios do clã²⁸.

O segundo marido de Ana Vicência também era ligado à política, Capitão-mor de Jundiá (interior de São Paulo) e fazendeiro de cana-de-açúcar, sua fazenda era uma das maiores e mais produtivas da região. Por outro lado, delegou a seu sobrinho e enteado, Antônio, toda a comercialização da produção açucareira de suas terras²⁹. No plano da política o Barão de Iguape e seus tios, Eleutério e o

²³ Ibidem, p. 96.

²⁴ Ibidem, p. 96.

²⁵ Ibidem, p. 96-97.

²⁶ Ibidem, p. 42.

²⁷ Levi, Darrel, *A Família Prado*. São Paulo: Cultura 70 Editora, 1977.p. 69.

²⁸ D'Ávila, Luiz Felipe, op. cit. p. 42.

²⁹ Ibidem, p. 42.

Brigadeiro Jordão, foram aliados fundamentais dos irmãos Andrada – José Bonifácio, Martim Francisco e Antônio Carlos – num momento significativo na luta pela Independência do Brasil e da consolidação do poder do recém-proclamado imperador do Brasil, D. Pedro I³⁰.

Veridiana Prado, neta de Ana Vicência, herdara da avó a personalidade forte, a vocação e a determinação de comandar a família e exigir de cada membro do clã o comprometimento, a responsabilidade e dedicação aos negócios, à unidade familiar e o encargo de participar da vida pública. Ana Vicência e Veridiana foram às grandes matriarcas da família Prado; governaram um clã no qual não se admitia que os membros talentosos fugissem dos seus deveres e obrigações nos negócios, na política e no empenho em dar continuidade à missão civilizadora da elite³¹.

Por outro lado, concordamos com D'Ávila quando analisa que o relevo político e o posicionamento estratégico nos negócios do Barão de Iguape possibilitaram-lhe romper com certas normas sociais. Neste momento, entra em cena nossa outra Dama, Maria Cândida Moura. O Barão vivia com Maria Cândida Moura, uma mulher que havia sido abandonada pelo marido, Antônio Vaz. Mãe de três filhas, Maria Cândida, possuía um caráter forte e opiniões próprias. Os pesquisadores registram que talvez essas características, singulares numa mulher que vivia na sossegada cidade de São Paulo do começo do século XIX, devem ter sido um dos motivos que levaram Antônio Vaz a se separar dela. Ao se casar com Vaz, Maria Cândida tinha somente 15 anos e, a princípio deve ter aceito o papel secundário atribuído às mulheres da época. Aos 20 anos, porém, sua personalidade adulta desabrochou, e ela não se encaixava no papel tradicional que lhe fora dado para representar no seio da família. A jovem dócil tornou-se uma moça questionadora e determinada, que deveria causar grande desconforto ao seu marido³². Segundo D'Ávila:

Antônio Prado, entretanto, admirava as mulheres bonitas e de personalidade forte. As mulheres que o cercaram sempre demonstraram capacidade e competência para lutar contra as adversidades, assumir o comando da família e governar o clã. Ana Vicência, sua mãe, Maria Cândida, sua mulher, e Veridiana, sua filha, formaram e moldaram o padrão de excelência que marcou a atuação dos Prados durante três gerações. Antônio gostava de homens e mulheres fazedores e não dos pensadores, dos acomodados e dos conformados. Sua vida sempre fora inspirada pela vontade de fazer e realizar. Ele queria estar próximo de gente dinâmica, esperta, curiosa, que buscava a realização pessoal no fazer³³.

Segundo consta, Antônio e Maria Cândida se uniram, acreditamos que com anuência da Ana Vicência. O casal estava disposto a enfrentar o preconceito social e as barreiras legais (oficialmente, uma mulher divorciada não podia se casar) para viverem juntos³⁴.

³⁰ Ibidem, p.43.

³¹ Ibidem, p. 43.

³² Ibidem, p. 48.

³³ Ibidem. p. 49.

³⁴ Ibidem, p. 49.

Por outro lado, o próprio Imperador do Brasil, que proclamou a Independência, D. Pedro I, era contrário aos protocolos, à formalidade e à etiqueta que regulavam a diplomacia e as relações entre os Estados³⁵. As tempestades políticas nunca alteraram o humor do príncipe em relação às mulheres e aos amigos. D'Ávila supõe que o Imperador deve ter sido simpático à informação de que seu amigo, Antônio Prado, decidiu juntar-se com Maria Cândida Moura, uma mulher abandonada pelo marido, que se mudou com as suas filhas para a casa do seu amigo tropeiro.

Em seus relatos, D'Ávila salienta que a família não demorou muito para aumentar, pois, o casal teve dois filhos, primeiro nasceu Veríssimo³⁶. Veridiana, a filha mais moça nasceu em 1825, nesse ano Antônio e Maria Cândida mudaram-se para o casarão que ele comprara na Rua São Bento³⁷, na capital de São Paulo. Nesse casarão, o casal criou os filhos, fortaleceu os laços familiares através de alianças matrimoniais, auxiliou na educação dos netos e levou os Prados ao seu apogeu. Antônio ao lado de Maria Cândida e sempre contando com o apoio da mãe Ana Vicência, consolidou-se como o patriarca da família, e passou a conduzi-la com vigor, determinação, astúcia e visão que aplicava na condução de sua vida pública. A família Prado tornou-se uma das mais prestigiosas dinastias paulistas.

De acordo com D'Ávila:

Antônio Prado seguiu o modelo de educação que recebera de seus pais. Não havia distinção na formação educacional de Veríssimo e Veridiana. O barão tinha horror à ideia de educar uma filha para se tornar uma criada de luxo do marido. Queria que Veridiana seguisse os passos da mãe e da avó, Ana Vicência, exemplos de mulheres empreendedoras e carismáticas. Nunca esqueceu que sua mãe fora uma mulher extraordinária, e reconhecia a importância de ser criado numa família atípica, na qual o carinho e a preocupação com a formação dos filhos foram tratados como obrigação dos pais, e não como uma tarefa delegada aos tutores e criados³⁸.

Para a época a união entre Maria Cândida e Antônio Prado era uma exceção e não a regra. No entanto, o casal era ciente de que o casamento era uma instituição importante para garantir a intervenção política e social da família dos Silva Prado. Maria Cândida e o Barão de Iguape, então, escolheram muito cuidadosamente a mulher do filho Veríssimo e o marido da filha Veridiana entre os membros do clã Prado. Com seu habitual pragmatismo, o Barão decidiu que essa era a melhor maneira de evitar que sua fortuna, tanto política quanto financeira, fosse dividida, no momento em que consolidara suas relações comerciais³⁹.

Veríssimo casou-se com sua prima-irmã Maria da Silva Prado e "alcançou êxito moderado como oficial de milícia e fazendeiro em Jundiaí"⁴⁰. Veridiana casou-se com seu tio, Martinho da Silva Prado, no dia 24 de junho de 1838. Ele tinha 27 anos, ela 13. Martinho era filho de Ana Vicência e Eleutério Prado. Pelo lado

³⁵ Ibidem, p. 179.

³⁶ Ibidem, p. 180.

³⁷ Ibidem, p. 50.

³⁸ Ibidem, p. 50.

³⁹ Ibidem, p. 54.

⁴⁰ Levi, Darrel, op.cit. 63.

paterno, era primo-irmão de Antônio, pois Eleutério era seu tio (irmão de seu pai). Mas era também meio irmão do Barão de Iguape pelo lado materno. Sua mãe, Ana Vicência, se casara com Eleutério e tivera seis filhos, ele incluído⁴¹.

O casamento de Veridiana e Martinho foi discreto. Ocorreu no oratório do bispo D. José Antônio dos Reis, no Rio de Janeiro. Na certidão de casamento, o nome de Maria Cândida, não é citado, pois ela não era oficialmente casada com o Barão de Iguape. No entanto, dois meses depois do casamento de Veridiana e Martinho, Antônio Prado pôde casar-se com Maria Cândida dada a morte do primeiro marido dela, Antônio José Vaz, pois a lei permitia que viúvas casassem novamente⁴².

O casamento foi realizado na casa do Barão de Iguape, no Rio de Janeiro, em 10 de agosto de 1838. Então, Maria Cândida tornou-se oficialmente a Baronesa de Iguape.

O que a pesquisa desvela é que as experiências de vida dessas mulheres, pertencentes às classes sociais mais elevadas, apontam o papel que elas imprimiram ao contexto de emancipação do Brasil. Trata-se, portanto, de apreender o ser através da experiência vivida e não através de ideias⁴³.

Bibliografia

D' AVILA, Luiz Felipe. *Dona Veridiana*. São Paulo: A Girafa Editora, 2004.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A Interiorização da Metrópole e Outros Estudos*. São Paulo: Ed. Alameda, 2005.

_____. "Novas subjetividades na Pesquisa Histórica Feminista: uma hermenêutica das diferenças", in: *Estudos Feministas*. Ano 2. 2º Semestre de 1994. 373-382.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. 28ª ed. Rio de Janeiro: Record, (1992) [1933].

_____. *Sobrados e Mucambos: Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil - 2: Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento Urbano*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, (1998) [1942].

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos de cárcere, volume 5*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HOBBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções. 1789 - 1848*. São Paulo: Paz e Terra. 1996.

_____. *A Era do Capital. 1848 - 1875*. São Paulo: Paz e Terra. 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982 [1936].

LEVI, Darrel. *A Família Prado*. São Paulo: Cultura 70 Editora, 1977.

⁴¹ D'ávila, Luiz Felipe op. cit. p. 54.

⁴² Ibidem, p. 54.

⁴³ Dias, Maria Odila Leite da Silva, 1994. p. 377.

PINHO, Wanderley. *Salões e Damas do Segundo Reinado*. São Paulo: Martins, 1942.

MOTA, Carlos Guilherme organizador. *1822 - Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, (1976) [1945].

_____. *Evolução Política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, (1979) [1933].

_____. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, (1995) [1942].

WERNECK VIANNA, Luiz. "Vantagens do moderno, vantagens do atraso", In: *Presença Revista de Política e Cultura*. Nº 12 - Julho 1988. pp. 145-162.